

4229

REGISTRO



## REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4.ª ZONA - P. ALEGRE

LIVRO N.º 3 - REGISTRO AUXILIAR fls

1

REGISTRO

4229

NÚMERO: Quatro mil duzentos e vinte e nove. Porto Alegre, 26 de setembro de 1995. ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES DA DHB INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. Pelo presente instrumento particular, de um lado, como EMISSORA, DHB INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., com sede à Avenida das Indústrias, número 915 na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CGC sob número 92.825.900/0001-96, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente EMISSORA, e de outro lado como interveniente, OLI VEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas número 1155 - Grupo 1301 - Edifício Barra Space Center, inscrita no CGC sob número 36.113.876/0001-91, doravante designada simplesmente AGENTE FIDUCIÁRIO, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente escritura, vêm por esta e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO - A presente escritura é celebrada com base em autorização da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 21 de agosto de 1995. CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS - A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos: 1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada CVM, na forma das leis número 6385, de 07 de dezembro de 1976 e número 6404 de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais regulamentares pertinentes. 2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul. 3. DELEGAÇÃO - A eventual deliberação, no que tange às condições das debêntures constantes dos incisos VI a VIII do Art. 59 da Lei nº 6.404/76, foi delegada ao Conselho de Administração da EMISSORA, pela Assembléia Geral mencionada na Cláusula I desta Escritura. 4. REGISTRO DA ESCRITURA - A presente escritura de emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. CLÁUSULA III - DA EMISSÃO - A emissão de debêntures observará as seguintes condições e características: 1. COLOCAÇÃO O lançamento será público, sendo a colocação processada mediante a intermediação de Instituições Financeiras, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da instrução CVM número 13/80. 2. DATA DE EMISSÃO E VENCIMENTO - Para todos os efeitos legais, a data de emissão e de vencimento das debêntures de todas as séries será o dia 01 de junho de 1995 e - 01 de junho de 2.000, respectivamente. 3. QUANTIDADE DE TÍTULOS E DIVISÃO EM SÉRIES Serão emitidas 21.000 (vinte e uma mil) debêntures. A emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo a 1ª série em 7.098 (sete mil e noventa e oito) debêntures conversíveis em ações ordinárias e a 2ª série de 13.902 (treze mil, novecentos e duas) debêntures conversíveis em ações preferenciais. 4. VALOR NOMINAL E VALOR DA EMISSÃO - As debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), para a 1ª e 2ª série, na data de emissão, perfazendo o montante de R\$21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais). 5. FORMA - As debêntures serão escriturais. 6. ESPÉCIE E CONVERSIBILIDADE - As debêntures serão da espécie com garantia flutuante, sendo a 1ª série conversíveis em ações ordinárias e a 2ª série conversíveis em ações preferenciais. 7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO DAS DEBÊNTU-



# REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4.ª ZONA - P. ALEGRE

## LIVRO N.º 3 - REGISTRO AUXILIAR

1v

REGISTRO

4229

RES - O correspondente ao valor nominal das debêntures, atualizado pro-ratatem-poris pela TJLP mais 12% (doze por cento) a.a., desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, de acordo com os itens 8 e 9 abaixo. 8. JUROS: 12% (doze por cento) ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática: I) Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano: a) o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês a partir da data de emissão das debêntures e no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto no item 20 abaixo e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1+TJLP)/1,06]^{n/360} - 1$$

Onde: TC=termo de capitalização; TJLP=Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e n=número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor das debêntures. b) O percentual de 12% (doze por cento) ao ano acima de TJLP, referido no caput deste item, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no subitem número 8.2. ou na data de vencimento ou liquidação das debêntures, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas. II) Quando a TJLP foi igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano: O percentual de 12% (doze por cento) ao ano acima da TJLP, referido no caput deste item, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no subitem número 8.2. ou na data de vencimento ou liquidação das debêntures, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas. 8.1. O montante referido no inciso I, alínea "a", que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível nos termos do item 18, abaixo. 8.2. O montante apurado nos termos da alínea "b" do inciso I ou do inciso II será exigível, anualmente, no dia 01 do mês de junho, e juntamente com as parcelas de amortização programada e no vencimento antecipado ou vencimento final das debêntures, observado o disposto nos itens 18, 17 e 2 desta letra "c". 8.3. Os juros capitalizados serão agregados ao valor nominal das debêntures para o cálculo do pagamento das amortizações programadas e no valor de conversão das debêntures em ações. 8.4. Na hipótese de extinção da TJLP ou se, pela superveniência de normas legais, ou regulamentares, esta não mais puder ser utilizada como base de remuneração nas emissões de debêntures ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado, em substituição, o índice determinado em Lei ou, na sua ausência, um índice que reflita a perda do valor da moeda no tempo, aprovado em Assembléia Geral de Debenturistas. 9. JUROS REMUNERATÓRIOS - As debêntures serão remuneradas a partir da data de emissão, com juros de 12% (doze por cento) ao ano acima da TJLP, conforme disposto no item 8 acima, computados na base de 360 (trezen-

S.º TA. ELIONATO  
SERVICO NOTARIAL MANICA

Rua ... 199 - FGA

ATENTACAO

Atestamos a veracidade do conteúdo da presente

assinatura e do original. DOU FE.

28 SET 1995

☐ Antonio Augusto Ribeiro Rodrigues ☒ Pedro  
☐ Antonio M. ... ☐ Maria Zelia T. ...  
☐ Paulo Roberto Piccoli ☐ Nilo Sergio do ...  
Vargas ☐ Ewerton de Souza e Silva  
EMOL. RS



## REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4.ª ZONA - P. ALEGRE

LIVRO N.º 3 - REGISTRO AUXILIAR

fls.  
2REGISTRO  
4229

tos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal atualizado das debêntures, pagos anualmente, sempre no primeiro dia do mês de junho, ocorrendo o primeiro pagamento em 01.06.1996 e o último em 01.06.2000, data de vencimento das debêntures. 9.1. A EMISSORA pagará "pro-rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: por ocasião do primeiro pagamento de juros, nas eventuais conversões de debêntures em ações, amortizações, aquisições facultativas e vencimento antecipado. 10. PRÊMIO - As debêntures farão jus a um prêmio que será pago nas mesmas datas de aquisição facultativa, vencimento antecipado, e/ou amortização programada das debêntures constantes nos itens 13, 17 e 18 abaixo, incidente a partir da data da emissão, equivalente à diferença positiva, se houver, obtida entre os termos da seguinte fórmula:  $P_n = (VN \times CM) - VNA$  Sendo:  $P_n$  = Prêmio "n" expresso em reais, a ser pago por debêntures em conjunto com as aquisições facultativas, vencimento antecipado e amortização programada; VN = Valor Nominal na data da emissão, ou seja R\$1.000,00 (hum mil reais), observadas as amortizações programadas previstas no item 18 abaixo. CM = Remuneração dos recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse em condições específicas, conforme publicação diária no jornal "Gazeta Mercantil" acrescido de juros de 12% (doze por cento) ao ano ou taxa ANBID conforme definido abaixo, o que for maior: Taxa ANBID = a variação acumulada da taxa referencial da ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento) para Certificados de Depósitos Bancários, acrescida (capitalizada) de um "spread" de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano (360 dias), calculados exponencialmente, no "período de incidência de juros ANBID". Entende-se como "período de incidência de juros ANBID", aquele que se inicia na data de emissão das debêntures e se encerra nas datas de vencimento antecipado, amortizações programadas e ou vencimento final das debêntures e, como "sub-período de incidência de juros ANBID", os prazos definidos de acordo com a taxa ANBID mais negociada no instante da definição do sub-período. Assim: o primeiro sub-período inicia-se na data de emissão das debêntures e termina no prazo definido pela taxa ANBID, pré ou pós, mais negociada, apurada na data de emissão das debêntures; os sub-períodos seguintes são definidos apurando-se a taxa ANBID mais negociada no dia de vencimento do sub-período anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o sub-período que se inicia; as taxas e os indexadores, se pós fixados, dos sub-períodos, são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério "pro-rata" se necessário de forma a cobrir todo o "período de incidência de taxa de juros ANBID". VNA = VN atualizado na forma do item 8 acima, até a data do pagamento do prêmio, acrescido dos juros remuneratórios, previstos no item 9 acima. Os prêmios vincendos não serão devidos na hipótese de conversão das debêntures. 11. JUROS MORATÓRIOS - A taxa de juros será elevada em 1% (hum por cento) ao mês, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da EMISSORA no pagamento dos juros ou do principal remunerado das debêntures, nas épocas em que for devido, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização desta obrigação, incidentes sobre as parcelas não pagas tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures, referido no item 17 abaixo. 12. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS - O não comparecimento do debenturista, para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecu



## REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4.ª ZONA - P. ALEGRE

## LIVRO N.º 3 - REGISTRO AUXILIAR

2v

REGISTRO

4229

niárias da EMISSORA, nas datas previstas na escritura de emissão, ou em comunicação publicada pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros e remuneração, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. 13. AQUISIÇÃO FACULTATIVA - A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, remunerado na forma do item 8 acima, acrescido de juros remuneratórios e prêmio, se houver, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei 6.404/76. 13.1. As debêntures objeto deste procedimento poderão: ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou serem colocadas no mercado. 14. NEGOCIAÇÃO - As debêntures serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures) administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos). 15. LOCAL DE PAGAMENTOS - Os pagamentos referentes às amortizações do principal e redimimentos, a que fazem jus as debêntures, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou ainda em Instituição Financeira contratada pela EMISSORA, para este fim. 16. PUBLICIDADE - Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, em jornal de grande circulação, nas cidades de Porto Alegre e São Paulo, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404/76. 17. VENCIMENTO ANTECIPADO - O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures, constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, do valor nominal remunerado na forma do item 8 acima, "pro rata temporis" até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o estipulado no item 8 acima, acrescido dos juros e prêmio, se houver, na forma dos itens 9 e 10, na ocorrência dos seguintes eventos: i. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA; ii. pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA; iii. liquidação ou decretação de falência da EMISSORA; iv. falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; v. vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da EMISSORA, prevista nesta Escritura de Emissão, e vi. Alienação pela EMISSORA do controle da DHB Componentes Automotivos S.A. 18. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA - As debêntures desta emissão, em circulação, terão o seu valor nominal, remunerado na forma do item 8 acima, amortizado em parcelas, conforme a seguinte programação: Data, Parcela da Amortização do Valor nominal remunerado, Valor da Amortização do Valor Nominal na data de Emissão (R\$) 01.06.1998, 33%, 333,33 - 01.06.1999, 33%, 333,33 - 01.06.2000, 33%, 33,34. 18.1. Sobre o valor nominal remunerado, na forma do item 8 acima, das parcelas a serem amortizadas incidirá o prêmio previsto no item 10. 19. CONVERSIBILIDADE - i. as debêntures poderão ser convertidas, a qualquer tempo, à opção de seus titulares, em ações ordinárias e preferenciais do capital social da EMISSORA, conforme as respectivas séries; ii. a quantidade de ações ordinárias e preferenciais oriundas da conversão de uma debênture será de acordo com o seguinte cronograma: PERÍODO QUANTIDADE DE AÇÕES - de 01.06.1995 a 31.05.1998 5.2874 - de 01.06.1998 a 31 de

SERVIÇO NOTARIAL MANICA

Rua Clotilde Campos, 1109 - FGA

## AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO o verso e reverso da presente fotocópia e conferência com o original. DOU FÉ.

Porto Alegre,

28 SET 1995

☐ Antonio Augusto Pinheiro Rodrigues ☒ Pedro  
Antonio Mainieri ☐ Maria Zélia Tindado Sarl  
☐ Paulo Reinaldo Fiechi ☐ Ilio Sergio do Rasto  
Vargas ☐ Ewerton de Souza e Silva

EMOL. RS



## REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4.ª ZONA - P. ALEGRE

LIVRO N.º 3 - REGISTRO AUXILIAR fls.

3

REGISTRO

4229

maio de 1999, 14.815 - de 01.06.1999 a 31.05.2000, 6.061. iii. o número de ações decorrentes da conversão das debêntures mencionadas no subitem anterior será ajustado em relação a desdobramentos, agrupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data da emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos: iv. no caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da Sede da EMISSORA no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei 6.404 de 15.12.1976 e no Estatuto Social da EMISSORA; v. as ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias e preferências negociadas em Bolsas de Valores à época da conversão e farão jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA, a partir da data da solicitação de conversão pelos debenturistas; vi. sempre que a EMISSORA aumentar seu capital com emissão de novas ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da EMISSORA, ou no prazo do eventual direito de prioridade, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 dias a contar da publicação do primeiro Anúncio de Início de Distribuição de Ações, os debenturistas (a seu critério) terão o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço fixado para a subscrição das novas ações; vii. até o vencimento final da presente emissão, caso a assembleia Geral da EMISSORA deliberar emitir outras debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão o direito (a seu critério) de converter as suas debêntures pelo mesmo preço, igual espécie e classe de ações estipuladas para conversão das novas emissões; viii. na hipótese de a Assembleia Geral da EMISSORA deliberar emitir bônus de subscrição, durante o prazo de exercício do direito de subscrição de ações, os debenturistas terão o direito (a seu critério) de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição; e ix. as frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base nos subitens vi, vii e viii, serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente, pelo seu valor nominal remunerado na forma estabelecida no item 8 acima. 20. VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS - Todo o vencimento das parcelas de juros e amortizações que ocorra em sábados, domingos e feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os efeitos mencionados nos itens 8 e 18 acima, deslocados para o primeiro dia útil subsequente, sendo os juros calculados até essa data, e se iniciando também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos das debêntures. 21. As ações ordinárias decorrentes da conversão terão as seguintes características e vantagens: - Estatutárias: i) com direito a voto; ii) direito ao recebimento de dividendo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei. - Decorrentes desta Escritura de Emissão i) farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista; ii) farão jus aos di



# REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4.ª ZONA - P. ALEGRE

## LIVRO N.º 3 - REGISTRO AUXILIAR

3v

REGISTRO

4229

videndos integrais do exercício em que forem convertidas; 22. As ações preferenciais decorrentes da conversão terão as seguintes características e vantagens: - Estatutárias: i) direito ao recebimento do dividendo obrigatório, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei; ii) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na proporção de sua participação no capital social, na hipótese de liquidação da Sociedade; e, iii) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da capitalização das reservas de lucros. - Decorrentes desta Escritura de Emissão - i) farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista e, ii) farão jus aos dividendos integrais do exercício em que forem convertidas. 23. DIREITO DE PREFERÊNCIA - Os acionistas da EMISSORA não terão direito de preferência para subscrição na presente emissão de debêntures, sendo-lhes, entretanto, conferido direito de prioridade que deverá ser exercido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da 1ª (primeira) publicação do Anúncio de Distribuição das debêntures, inclusive, para o referido exercício da subscrição. 24. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS - Os recursos captados com a colocação da presente emissão de debêntures destinar-se-ão, exclusivamente, para o alongamento do perfil da dívida e investimentos em sua controlada a DHB - Componentes Automotivos S.A. CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA - A EMISSORA obriga-se especialmente a: 1. manter atualizados, até o vencimento final das debêntures, os registros necessários junto à Comissão de Valores Mobiliários; 2. manter contrato com instituição financeira, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, a fim de assegurar eficiente atendimento aos titulares das debêntures escriturais; 3. dar adequada publicidade aos dados econômico-financeiros de atos de sua gestão, promovendo a publicação conforme preceituado no artigo 289, da Lei 6.404/76, dos seguintes documentos, complementados com notas explicativas e quadros analíticos ou demonstrações contábeis esclarecedoras da situação patrimonial e dos resultados do exercício: - balanço patrimonial; - demonstração de lucros ou prejuízos acumulados; - demonstração do resultado do exercício; - demonstração das origens e aplicações dos recursos; e - parecer dos auditores independentes, quando se tratar do Balanço Geral. 4. enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO cópias das demonstrações financeiras anuais e do parecer da auditoria, tão logo tenham esses documentos sido produzidos; 5. fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas, bem assim cópia de qualquer outro documento ou informação, que tenha caráter relevante para a defesa dos debenturistas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da solicitação, o qual poderá ser prorrogado, na hipótese da impossibilidade comprovada de seu atendimento; 6. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal remunerado, conforme item 8 da Cláusula III, bem como ao pagamento qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures objeto da presente Escritura. CLÁUSULA VIII - AGENTE FIDUCIÁRIO - 1. Nomeação: a EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da 1ª emissão objeto da presente Escritura, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, retro qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação,

5.º TABELIONATO  
SERVIÇO NOTARIAL MANICA

Rua Cláudia Campos, 1199 - POA

ATENTIFICAÇÃO

Atestamos a veracidade da presente  
escritura, lida e lida e lida. DOU FÉ.

Pelo Tabelião, 28 SET 1995

☐ Antonio Augusto Cardoso Rodrigues ☒ Pedro  
Antonio Lins ☐ Maria Zelia Tindado Sarl  
☐ Paulo Roberto Fiolli ☐ Nilo Sergio do Canto  
Vargas ☐ Ewerton da Souza e Silva  
EMOL. RS 4,80



## REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4.ª ZONA - P. ALEGRE

LIVRO N.º 3 - REGISTRO AUXILIAR - fls.

4

REGISTRO

4223

para nos termos da lei e da Escritura, representar, perante a EMISSORA, a comunidade dos debenturistas. 11. Declaração: O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, ora nomeado, declara, sob as penas de lei: a. não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei 6.404, de 15/12/1976 e o artigo 10 da Instrução CVM número 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que ora ocupa; b. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura; c. aceitar integralmente a presente escritura em todas as suas cláusulas e condições; 2. Substituição: o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá, a qualquer tempo, ser substituído, em suas funções, por deliberação da Assembleia dos Debenturistas, estes representados, no mínimo, pela metade das debêntures em circulação; ou por ato da Comissão de Valores Mobiliários. 2.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por motivos supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo a sua substituição. 3. Remuneração: Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma: 3.1. Uma parcela de R\$4.000,00 (quatro mil reais) paga 5 dias úteis após a data da assinatura da escritura de emissão, a título de implantação dos serviços; 3.2. Parcelas anuais antecipadas de R\$12.000,00 vencíveis a 1º no 1º dia do mês seguinte ao da obtenção do Registro da CVM, e as demais nos mesmos dias e mês dos anos subsequentes; 3.3. As parcelas serão reajustadas pela variação acumulada do IPC-R (Índice Preços ao Consumidor em Real), calculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, no período de 01.03.95 até 01.07.95 e pela Taxa de Juros de Longo Prazo-TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, a contar do dia 01.07.95 até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pro-rata" dia por dia ou se pagas após o vencimento, mediante a utilização do TJLP de mês anterior; 3.4. As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, a serem cobertas pela EMISSORA; 3.5. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, onquanto representante da comunidade dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias. 3.6. As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao programa de integração social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento. 3.7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações





## REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4.ª ZONA - P. ALEGRE

## LIVRO N.º 3 - REGISTRO AUXILIAR

4v

REGISTRO  
4229

tratadas nesta escritura. 4. Deveres e Atribuições: além de outros previstos em lei, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO: 4.1. proteger os direitos e interesses dos debenturistas com a mesma cautela e diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens; 4.2. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qual quer outra modalidade de inaptidão; 4.3. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções; 4.4. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento; 4.5. promover por todos os meios possíveis, caso a companhia não o faça, o registro da escritura de emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura nestes existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da companhia para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários; 4.6. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, constantes de tais informações; 4.7. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures; 4.8. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartório de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da companhia EMISSORA; 4.9. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na empresa; 4.10. convocar, quando necessário, a assembleia dos debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a companhia EMISSORA deve efetuar suas publicações; 4.11. comparecer à assembleia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhes foram solicitadas; 4.12. praticar, privativamente, todos e quaisquer atos relativos ao exercício dos direitos consubstanciados nas debêntures, cujos efeitos interessam à coletividade de seus titulares; 4.13. elaborar relatório anual, dentro do máximo de 4 (quatro) meses, contados do encerramento do exercício social da EMISSORA, no que declarará sobre sua aptidão para permanecer no exercício da função, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessam à companhia dos titulares das debêntures nos termos do artigo 60 § 1º, b, da Lei nº 5.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: a. eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação de prestação de informações pela companhia; b. alterações estatutárias ocorridas no período; c. comentários sobre as demonstrações financeiras da companhia, enfocando os indicadores econômicos-financeiros e de estrutura de capital da empresa; d. posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado; e. amortização programada, conversão e pagamento de juros das debêntures realizada no período, bem como aquisição e vendas de debêntures efetuadas pela companhia EMISSORA; f. constituição e aplicação do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso; g. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da companhia EMISSORA; h. relação dos bens e valores entregues à

6.º TABELIONATO  
SERVIÇO NOTARIAL-MANICA

Rua Clóvis Campos, 1199 - POA

AUTENTICAÇÃO

ATTESTO o presente da presente

testemunha a qual contém o original. DCU FE.

28/08/1995

☐ Antonio Manoel de Souza  
☐ Paulo Roberto de Souza  
☐ Vargas  
☒ Pedro  
Antônio Manoel de Souza  
Paulo Roberto de Souza  
Vargas  
EMC





sua administração; i. cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão; j. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures; K. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO. 4.13.1. O Relatório Anual, a que se refere este subitem será publicado, no prazo máximo ali fixado, no "Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul" e em pelo menos 1 (um) jornal de grande circulação da Cidade de São Paulo, observando, ainda, quanto a essa publicação, no que couber, a regra estabelecida no parágrafo 3º, do Artigo 289, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 4.13.2. O inteiro teor do Relatório a que se refere este subitem, estará à disposição de qualquer debenturista, na sede da companhia, no domicílio do AGENTE FIDUCIÁRIO, na Cidade do Rio de Janeiro, em seu Escritório retro referido, na CVM e nas Instituições que lideraram a emissão. 4.14. Publicar, nos órgãos da imprensa onde a companhia EMISSORA deve efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem 4.13.2; 4.15. Manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à companhia EMISSORA; 4.16. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da escritura de emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; 4.17. Notificar aos debenturistas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do evento, qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas em decorrência da presente Escritura. 4.17.1. A notificação de que trata o presente subitem, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicações realizadas na forma do subitem 4.13.1. desta Cláusula, e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para cautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à Borda de Valores e ao Banco Central do Brasil, nos termos do inciso XXIV da Instrução CVM número 28/83. 4.18. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado, em caso de inadimplemento da EMISSORA: 4.18.1 declarar antecipadamente vencidas as debêntures cobrando principal e acessórios; 4.18.2. requerer a falência da EMISSORA; 4.18.3. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da EMISSORA; e 4.18.4. tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas. 4.19. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista no subitem 4.18.1. supra, somente na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura, ou se a EMISSORA entrar em concordata. 4.20. O eventual não exercício pelo AGENTE FIDUCIÁRIO de quaisquer dos procedimentos previstos nesta Cláusula não constituirá novação, e não impedirá que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a exercê-lo, em qualquer momento, a seu exclusivo critério. 5. Despesas: a EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas por ele suportadas na proteção dos direitos e interesses dos debenturistas, ou na realização de seus créditos. 5.1. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado dentro de no máximo 15 (quinze) dias, contados da entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das debêntures. 5.2. As despesas a

*Falt*



que se refere este item compreenderão inclusive: 5.2.1. publicações de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem a ser exigidas através de regulamentos aplicáveis; 5.2.2. extração de certidões; 5.2.3. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e 5.2.4. eventuais levantamentos, adicionais e especiais ou perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações do estrito interesse dos debenturistas. 6. Responsabilidade: O AGENTE FIDUCIÁRIO é responsável, civil e penalmente, pelos prejuízos que sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, no exercício das funções, causar aos interesses dos debenturistas. CLÁUSULA IX - ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS - 1. Os titulares das debêntures, a qualquer tempo, poderão reunir-se em Assembléia, a fim de deliberar sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. 2. A Assembléia poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representarem, no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação e pela Comissão de Valores Mobiliários. 3. Aplica-se à Assembléia, no que couber, o disposto na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre a Assembléia Geral dos Acionistas. 4. A presidência da Assembléia caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do disposto no item 2. desta Cláusula, respectivamente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, ao Presidente da EMISSORA, ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela Comissão de Valores Mobiliários. 5. Em qualquer caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO comparecerá à Assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que a ele forem solicitadas. 6. A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença dos debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. 7. Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatário, observado, no que couber, o disposto no artigo 126, da Lei 6.404/76. 8. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem no mínimo, metade das debêntures em circulação. 9. Para efeitos de constituição do "quorum", a que se refere esta Cláusula, serão excluídas, do número de debêntures em circulação, as pertencentes à EMISSORA. CLÁUSULA X - TOLERÂNCIA - A tolerância dos debenturistas não significará renúncia, perdão, novação ou alteração do pactuado. CLÁUSULA XI - DO FORO - Fica Eleito o foro principal da Comarca da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta escritura. A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, juntamente com 02 (duas) testemunhas. Porto Alegre, 23 de agosto de 1995. DHB INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., OLIVEIRA TRUST D.T. V.M. LTDA., Testemunhas: Nome: Velocino Rodrigues M. Filho, CPF 294.684.420-04, Nome: Sérgio Feijó Soares, CPF 366.837.950-53, todos com assinaturas ilegíveis, com firmas reconhecidas no 6º Tabelionato desta Capital, em data de 01.09.1995, e 13.09.1995 e no 5º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro em data de 30 de agosto de 1995. O instrumento foi protocolado sob número 326261, em data de 01.09.1995, com retorno em 14.09.1995. CUSTAS: 100,00-URE. Dat. 6. A Oficial Ajudante: